

Paulo Dias de Moura Ribeiro
Paulo Henrique dos Santos Lucon
Luís Antônio Giampaulo Sarro
Luis Fernando Crestana
Coordenação

PROCESSO CIVIL E SEGURO VOL. II

Apresentação: Paulo Henrique dos Santos Lucon

Prefácio: Paulo Dias de Moura Ribeiro

Apresentação da AIDA: Luís Antônio Giampaulo Sarro

Adilson José Campoy, Adilson Neri Pereira, Agatha Lopes Mateus, Agnes Domingues dos Santos, Angélica Falcão, Anthony Charles de Novaes da Silva, Antonio Carlos Marcato, Bárbara Bassani de Souza, Bruna Kusumoto, Bruno Campos Silva, Cássio Gama Amaral, Cláudio Aparecido Ribas da Silva, Cristina Caroline da Silva Pires, Eduardo de Carvalho Becerra, Eduardo Talamini, Eduardo Tourinho Gomes, Elias Marques de Medeiros Neto, Fabrizio Santos Bordallo, Fernando Gama de Miranda Netto, Flávio Luiz Yarshell, Frederico Augusto Leopoldino Koehler, Gabriel Oliveira Brito, Gláucia Mara Coelho, Gustavo Gonçalves Gomes, Henrique Pires Arbache, Humberto Theodoro Júnior, Ivo Waisberg, Izabela Rücker Curi, João Luís Macedo dos Santos, José Américo Zampar Júnior, José Carlos Van Cleef de Almeida Santos, José Felipe Machado Perroni, José Henrique Mouta Araújo, Juliana Carolina Frutuoso Bizarria, Júlio César Guzzi dos Santos, Larissa Clare Pochmann da Silva, Larisse Salvador Bezerra de Vasconcelos, Leonardo Carneiro da Cunha, Louise Rainer Pereira Gionédis, Lucas Henrique de Lucia Gaspar, Lucio Picanço Facci, Lúcio Roca Bragança, Luís Antônio Giampaulo Sarro, Luiz Assi, Luiz Otávio de Camargo Penteadó Mascolo, Luiza Serodio Giannotti, Marcelo de Oliveira Belluci, Marcelo Miranda Caetano, Marcio Alexandre Malfatti, Marco Félix Jobim, Maria Amélia Cassiana Mastroso Vianna, Mauricio Conde Tresca, Maurício Ferreira Cunha, Maurício Salomoni Gravina, Mauro Fiterman, Nathaly Campitelli Roque, Nathaly Giovanna Gobbi, Osmar Mendes Paixão Côrtes, Paulo Henrique Cremonese, Paulo Henrique dos Santos Lucon, Pedro Miranda de Oliveira, Raquel Vieira Paniz, Renato Pessoa Manucci, Rodrigo dos Santos Igrejas Filgueiras, Rogéria Fagundes Dotti, Rennan Faria Krüger Thamay, Thais Soares de Lima, Victor Augusto Benes Senhora, Vivian Cintra Athanazio Leal, William Soares Pugliese

Copyright © 2023 by Editora Quartier Latin do Brasil

RIBEIRO, PAULO DIAS DE MOURA. LUCON, PAULO HENRIQUE DOS SANTOS. SARRO, LUÍS ANTÔNIO GIAMPAULO. CRESTANA, LUIS FERNANDO. COORDENAÇÃO

Processo Civil e Seguro Vol. II.

São Paulo: Quartier Latin, 2023.

Processo Civil e Seguro Vol. II - 1ª ed. São Paulo: Quartier Latin, 2023.

ISBN 978-65-5575-242-7

1. Processo Civil; 2. Seguro; 3. Prova; 4. Seguro Garantia; 5. Sub-rogação;
6. Tutela Provisória; 7. Recursos; 8. Precedentes; 9. CPC/2015. 1. I. Título

EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL

Rua General Flores, 508

Bom Retiro São Paulo

CEP 01129-010

Telefone e whatsapp: +55 11 9 9431 1922

[instagram.com/editoraquartierlatin](https://www.instagram.com/editoraquartierlatin)

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998. Leidos Direitos Autorais).

SUMÁRIO

Apresentação por Paulo Henrique dos Santos Lucon	25
Prefácio por Paulo Dias de Moura Ribeiro	29
Apresentação (Associação Internacional de Direito de Seguro – AIDA).....	31

Parte I PROVAS, 35

I. Processo Civil e Seguro: A Importância da Formação da Prova na Recusa de Sinistros e as Declarações de Saúde, 37

Adilson Neri Pereira

1. Introdução	37
2. Inconsistências lógicas dos formulários de declarações	38
3. O enfrentamento da questão.....	43
4. Conclusões.....	47
Referências bibliográficas	48

II. Natureza Científica da Prova Indireta nos Casos de Fraude Envolvendo Contratos de Seguro e Planos de Saúde, 51

Henrique Pires Arbache e José Carlos Van Cleef de Almeida Santos

Introdução	51
Conceituando a prova indiciária	52
A prova indiciária nos casos de fraude envolvendo contratos de seguro	54
A ciência do juiz como essência da atividade de sopesamento da prova indireta	56
Considerações finais	60
Referências	60

III. Ônus da Prova nas Demandas Referentes a Contratos de Seguro: Breves Reflexões, 63

Nathaly Campitelli Roque

1. Introdução	63
2. As relações jurídicas de seguro: breve menção a seu regime jurídico e os fatos passíveis de prova.....	64
3. O ônus de prova: da teoria estática à teoria dinâmica do ônus de provar, de regra de julgamento à regra de instrução	68

4. O ônus da prova nas lides que envolvem os contratos de seguro.....	73
4.1. O ônus da prova e relações de seguro: prova legal, presunções e ônus da prova....	73
4.2. Alguns entendimentos do Superior Tribunal de Justiça sobre o ônus da prova nas demandas sobre contratos de seguro	74
5. Considerações Finais	78
Referências	79

IV. A Prova Diabólica nas Relações Securitárias, 81

Rogéria Fagundes Dotti

1. Introdução: as dificuldades probatórias no âmbito das relações securitárias.....	81
2. Prova de fato negativo e prova diabólica	81
3. O entendimento do STJ a respeito da prova diabólica.....	84
4. A distribuição dinâmica do ônus probatório em caso de prova diabólica.....	85
5. Grau menor de convicção e a técnica da “redução do módulo da prova”.....	87
6. Qual o <i>standard</i> probatório adotado no nosso sistema?.....	91
7. A conduta das partes como prova atípica.....	92
8. Quando as provas indiciárias são suficientes: a soma de presunções	94
9. Conclusões.....	97
10. Referências.....	98

Parte II

SEGURO JUDICIAL, 99

I. Um Breve Diálogo entre o Instituto das Tutelas Provisórias de Urgência e o Seguro Processual, 101

Angélica Falcão e Bruna Kusumoto

1. Tutelas provisória de urgência.....	101
2. Caução nas tutelas provisórias.....	105
3. Seguro processual.....	107
4. Considerações finais.....	111
Referências	112

II. Seguro Garantia Judicial: Evolução Normativa e Jurisprudencial, 115

Bárbara Bassani de Souza, Elias Marques de Medeiros Neto e Thais Soares de Lima

1. Introdução	115
---------------------	-----

2. Contexto Normativo e Conceito.....	115
2.1. Visão Geral.....	115
2.2. A Circular SUSEP nº 662/2022	117
2.3. Conceito	118
3. Previsão no CPC	121
4. Evolução Jurisprudencial da aceitação do Seguro Garantia Judicial.....	125
4.1. Nas obrigações de cunho civil	125
4.2. No âmbito da Execução Fiscal (de créditos não tributários e tributários).....	127
4.3. Na Justiça do Trabalho.....	129
4.4. Em sede de Recuperação Judicial.....	131
5. Considerações Finais	131
6. Referências Bibliográficas	132
Sítios eletrônicos.....	133

III. A Inexigência do Adicional de Trinta por Cento sobre o Valor Exequendo quando da Oferta Inicial do Seguro Garantia Judicial na Execução (*Lato Sensu*) e da Substituição da Penhora pelo Seguro Garantia Judicial na Execução Fiscal, 135

Lucas Henrique de Lucia Gaspar

Introdução	135
1. O princípio da menor onerosidade da execução	136
2. O dever-direito à indicação dos bens à penhora e a equiparação do seguro garantia judicial ao dinheiro.....	138
3. A dispensa do adicional dos trinta por cento sobre a quantia exequenda no caso da apresentação espontânea de seguro garantia judicial: distinção entre a penhora inicial e a sua substituição.....	143
4. A inexigência da majoração dos trinta por cento sobre a monta exequenda quando da substituição da penhora por seguro garantia judicial na execução fiscal: o rito específico da lei nº 6.830/1980	150
Considerações finais	161
Referências	163

IV. O Seguro Garantia Judicial no Cumprimento Provisório de Sentença, 165

Lúcio Roca Bragança

1. Introdução	165
2. Multa e Honorários Executivos no Cumprimento Provisório	166
2.1. O Cumprimento Provisório.....	166

2.2. O Tratamento da Multa no Código de Processo Civil de 1973	167
2.3. O Tratamento da Multa no Código de Processo Civil de 2015	168
2.4. Necessidade da Finalidade de Pagamento do Depósito em Dinheiro para a Isenção da Multa e Honorários na Execução Definitiva.....	169
2.5. Peculiaridade da Execução Provisória	170
3. Seguro Garantia Judicial.....	172
3.1. Conceituação	172
3.2. Da Equiparação a Dinheiro	174
3.3. Evolução da Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.....	175
3.4. Posicionamento do STJ sobre o Seguro Garantia Judicial no Cumprimento Provisório de Sentença	178
4. Considerações Finais	181
5. Referências.....	183

V. Seguro Garantia Judicial na Tutela Executiva Regida pelo CPC: Uma Análise da Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, 185

Marco Félix Jobim e Raquel Vieira Paniz

Introdução	185
1. Histórico do seguro garantia judicial	187
2. Divergência jurisprudencial no STJ: O entendimento da quarta turma.....	189
3. Divergência jurisprudencial no STJ: O entendimento da terceira turma.....	191
4. Atando as pontas: entre a subsidiariedade e a equiparação do seguro garantia judicial.....	193
Considerações finais.....	194
Referências teóricas	194

VI. O Seguro Garantia na Execução Fiscal e sua Aplicação à Luz da Jurisprudência do STJ, 197

Maurício Ferreira Cunha e Renato Pessoa Manucci

1. Introdução	197
2. Contrato de seguro	198
2.1 Conceito e características.....	198
2.2 Partes intervenientes no contrato.....	199
2.3 Princípios aplicáveis ao contrato de seguro.....	200
2.4 Modalidades de seguro	202
3. Seguro garantia judicial.....	203
4. Seguro garantia na execução fiscal	205

4.1. Evolução da legislação	205
4.2. Aplicação na visão do STJ	207
4.2.1. Direito intertemporal	207
4.2.2. Exigência do acréscimo do art. 835, § 2º, do CPC.....	209
4.2.3. Não cabimento do seguro garantia com prazo de vigência determinado.....	209
4.2.4. Seguro garantia e suspensão da exigibilidade do crédito tributário	210
4.2.5. Necessidade de anuência da Fazenda Pública para a substituição do depósito em dinheiro por seguro garantia	211
5. Considerações finais.....	212
Referências	213

VII. O Seguro Garantia Judicial e o Atual Posicionamento do STJ, 215

Rennan Faria Krüger Thamay e Bruno Campos Silva

Introdução	215
1. Breve evolução histórica do seguro garantia judicial na legislação brasileira.....	215
2. O seguro garantia judicial na sistemática processual civil.....	216
3. O papel do seguro garantia judicial na execução civil.....	218
4. O atual posicionamento do STJ.....	225
Conclusão.....	228
Referências	228

VIII. A Revisão do Tema 677 pelo STJ: Da (In)segurança Jurídica à Oportunidade de Expansão do Seguro Garantia Judicial, 231

Victor Augusto Benes Senhora

1. Introdução	231
2. Os efeitos do depósito judicial em dinheiro no processo ou fase de execução na perspectiva do STJ ao longo do tempo.....	232
3. A (in)segurança jurídica causada pela revisão do tema 677.....	237
4. O seguro garantia judicial e sua possível expansão com a revisão do tema 677	242
5. Considerações finais.....	246
6. Referências.....	247

Parte III

DA SUB-ROGAÇÃO E DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS, 249

I. Negócios Processuais: Sub-Rogação da Seguradora – Segunda Parte: Outros Negócios – Limites e Modulações, 251

Eduardo Talamini

1. A transmissão, por sub-rogação, das posições jurídicas decorrentes de outros negócios processuais.....	251
2. Possíveis condicionantes, limites e modulações.....	253
2.1. Cláusula superveniente à contratação do seguro: limites de eficácia.....	254
2.2. Limitações decorrentes da condição pessoal do sub-rogante ou do sub-rogado	259
2.3. Previsão contratual de insub-rogabilidade da convenção processual	259
2.4. Disciplina contratual específica entre o sub-rogado e o devedor.....	260
2.5. Nulidade ou ineficácia originais da convenção processual	260
2.6. Os limites à sucessão processual.....	261
2.7. Substituição processual convencional.....	263
3. Hipóteses diversas (sucessão do segurado, seguro à conta de outrem e sub-rogação real): mesmos princípios conduzindo a outros resultados.....	264
3.1. Seguro à conta de outrem (a pretensão do segurado)	264
3.2. Transferência do contrato de seguro.....	267
3.3. Sub-rogação real	267
4. Conclusão	268
Referências bibliográficas	270

II. Negócios Jurídicos Processuais em Contratos de Seguros, 275

Gláucia Mara Coelho, Cássio Gama Amaral e Agnes Domingues dos Santos

1. Considerações introdutórias sobre os negócios jurídicos processuais no CPC/15	275
2. A aplicação do instituto na jurisprudência e os impactos na ampliação do seu uso pelas partes	277
3. Contratos de seguros.....	281
3.1. Contrato de adesão	283
3.2. Contrato de seguro e relação de consumo.....	284
4. Aplicação dos negócios jurídicos processuais em contratos de seguros	287
4.1. Precauções necessárias na elaboração das cláusulas	287
4.2. Principais litígios relacionados aos contratos de seguros	288
4.3. Alternativas de negócios jurídicos processuais	288

a. Celeridade processual	288
b. Extensão dos prazos processuais de defesa e relacionados à perícia	289
c. Eleição prévia de peritos	290
d. Distribuição dinâmica do ônus da prova	291
e. Documentação produzida durante a regulação de sinistro como substitutivo ou complemento da prova técnica	291
f. Disponibilização prévia de documentação (pacto de <i>disclosure</i>)	292
g. Pacto Marciano	293
h. Legitimidade extraordinária da seguradora	294
i. Obrigatoriedade ou proibição de denunciação à lide	295
5. Conclusões	296
6. Referências	297

III. Ilegalidade da Restrição do Direito de Sub-Rogação da Seguradora para Cobrar Ressarcimento de Terceiro que Cause Dano ao Segurado. Projeto de Lei 1.738 de 2022: Modificação do Art. 786 do Código Civil, 299

Izabela Rücker Curi

1. Introdução	299
2. As alterações no texto da lei	300
3. Nulidade do processo legislativo. Inconstitucionalidade	301
4. Soluções no direito das obrigações	310
5. Impactos e soluções no direito processual civil	318
6. Conclusão	323
Referências bibliográficas	324

IV. Negócios Processuais e Seguro, 329

Cláudio Aparecido Ribas da Silva e Mauricio Conde Tresca

1. Introdução	329
2. Origem do Instituto e Natureza Jurídica	332
3. Classificação e Espécies de Negócios Processuais	338
4. Aplicação do Instituto no Mercado Segurador	343
4.1. Os negócios processuais nas relações de seguro e resseguro	344
4.1.1. Eleição de Foro	345
4.1.2. Legitimidade	346
4.1.3. Forma de citação	349
4.1.4. Audiência de conciliação	349
4.1.5. Intervenção de terceiros	351
4.1.6. Julgamento antecipado da lide	353

4.1.7. Provas.....	353
4.1.8. Prazos e Calendário Processual.....	355
4.1.9. Acordo de instância	355
5. Conclusão	356
6. Referências bibliográficas.....	356

Parte IV

SOLUÇÃO DE DISPUTAS, 359

I. *Legal Design* e Resolução de Conflitos Securitários, 361

Anthony Charles de Novaes da Silva

Introdução	361
1. Repensando o direito dos contratos e dos conflitos.....	362
2. Repensando os seguros	366
2.1. Dores do mercado segurador	370
3. Direito e ESG.....	373
3.1. Impactos sociais e na regulamentação setorial.....	374
4. Resolvendo e prevenindo conflitos securitários usando <i>legal design</i> casos práticos.....	376
Referências bibliográficas	378

II. Equidade e Jurisdição no Contrato de Seguro, 381

Maurício Salomoni Gravina

Introdução	381
Aspectos históricos	382
Natureza jurídica	390
Equidade e jurisdição	393
Considerações finais	397
Referências	398

III. Contra a *Anti-Suit Injunction*: A Firme Defesa da Jurisdição e do Sistema Processual Brasileiros nas Ações Regressivas dos Seguradores de Cargas Contra os Transportadores Marítimos Internacionais, 401

Paulo Henrique Cremonese

I. Introdução.....	401
--------------------	-----

II. O contrato internacional de transporte marítimo de cargas e as cláusulas abusivas: a ilegalidade da cláusula de imposição de foro do armador	403
III. A violência jurídica da <i>anti-suit injunction</i>	414
IV. Conclusão	418
Referências	420

Parte V

ESPÉCIES DE TUTELA E TUTELA PROVISÓRIA, 423

I. Tutela Declaratória e Relação Jurídica Securitária, 425

Flávio Luiz Yarshell e Eduardo de Carvalho Becerra

1. Introdução	425
2. Natureza do pedido na demanda proposta em face da seguradora	427
3. Segue: delimitações do pedido a partir do interesse de agir	429
4. Conteúdo econômico do pedido e reflexos no valor da causa	432
5. Considerações finais	433
6. Referências	433

II. A Extensão dos Efeitos da Tutela

Provisória à Seguradora Litisdenunciada, 435

Gustavo Gonçalves Gomes e José Felipe Machado Perroni

Introdução	435
2. Dispositivos legais incidentes sobre o tema	436
Entendimento da jurisprudência sobre a extensão dos efeitos da tutela provisória à seguradora litisdenunciada	438
4. Considerações finais	442
5. Referências	444

III. A Tutela da Evidência, 445

Humberto Theodoro Júnior

1. Introdução	445
2. Traços comuns entre a tutela de urgência e a tutela da evidência	447
3. Tutela da evidência	448
4. Oportunidade e conteúdo da tutela da evidência	449
I. Concessão em liminar	450
II. Concessão incidental	451
III. Momento ideal para a concessão da medida	452

IV. Conteúdo da medida.....	452
V. Fungibilidade.....	454
VI. Tutela da evidência e julgamento antecipado do mérito	454
VII. Tutela da evidência em grau de recurso	456
5. Legitimação.....	457
6. O casuismo legal da tutela da evidência.....	458
I. Casos enumerados no art. 311 do CPC.....	458
(a) Inciso I	460
(b) Inciso II	462
(c) Inciso III	467
(d) Inciso IV	468
II. Caso especial de tutela da evidência em favor dos prejudicados por infração à ordem econômica.....	468
7. Conclusão.....	469
8. Bibliografia	470

Parte VI

RECURSOS E PRECEDENTES, 473

I. Os Incidentes de Assunção de Competência Instaurados pelo Superior Tribunal de Justiça em Matéria de Prescrição e Seguro: Localização e Importância Prática, 475

José Henrique Mouta Araújo e Luís Antônio Giampaulo Sarro

1. Localização do IAC no CPC/2015	475
2. Dos enunciados do fórum permanente de processualistas civis FPPC sobre incidente de assunção de competência	483
3. Da publicidade das decisões de caráter vinculante	485
4. Dos incidentes de assunção de competência instaurados pelo Superior Tribunal de Justiça em matéria de prescrição e seguro: andamento e consequências	486
5. Da conclusão.....	493
Referências bibliográficas	494

II. O Sistema Brasileiro de Precedentes e a Clareza da Fixação das Teses Jurídicas: Um Caminho em Construção, 497

Larissa Clare Pochmann da Silva

Introdução	497
------------------	-----

1. O sistema brasileiro de precedentes	498
2. A contribuição do sistema de precedentes para a previsibilidade e a estabilidade das decisões	500
3. Precedentes e a clareza da fixação de teses jurídicas: um caminho em construção	502
Considerações Finais	506
Referências	506

III. Análise sobre o (Des)cabimento da Reclamação para Garantir a Observância de Acórdão Proferido em Julgamento de Recurso Especial Repetitivo, 509

Luiz Assi

Introdução	509
Da reclamação	510
Da posição do STJ quanto às hipóteses de cabimento da reclamação para preservação de seus precedentes vinculantes.....	515
Considerações finais	526
Referências	527

IV. A Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça como Óbice ao Conhecimento de Recursos Especiais em Matéria de Seguro, 529

Osmar Mendes Paixão Côrtes

I. Delimitação do tema	529
II. A função do recurso de natureza extraordinária e a Súmula 07/STJ	529
III. O óbice sumular aplicado ao conhecimento de Recursos Especiais em matéria de seguro	536
IV. Conclusão: como fugir da aplicação da súmula 07/STJ?	544
Referências bibliográficas	546

V. Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça em Matéria de Seguros: Alguns Aspectos Relevantes, 549

Paulo Henrique dos Santos Lucon

1. Introdução	549
2. Seguro de vida e indenização por eventos motivados por uso de substâncias.....	549
3. Prescrição: terceiro prejudicado e terceiro beneficiário	556
4. Conclusão	562
5. Bibliografia	563

**VI. O Filtro da Relevância no Recurso Especial e o
Direito Securitário: A Mutualidade como Elemento que
Ultrapassa o Interesse Subjetivo no Processo, 565**

William Soares Pugliese e Eduardo Tourinho Gomes

1. Introdução	565
2. Princípio do mutualismo no direito securitário	566
3. O filtro da relevância	569
4. O Filtro da Relevância comparado com as outras técnicas de conhecimento dos Recursos aos Tribunais superiores	572
5. Interesse Subjetivo (Mutualismos) e o Filtro da Relevância	574
6. Considerações Finais	577
7. Referências	578

Parte VII

DO CONTRATO DE SEGURO E DO PROCESSO CIVIL, 581

**I. Contrato de Seguro: O Interesse e um Cotejo entre
os Artigos 771 e 779 do Código Civil Brasileiro – Despesas
de Salvamento e Garantia no Seguro de Dano, 583**

Adilson José Campoy e Marcio Alexandre Malfatti

1. Introdução	583
2. Interesse	584
2.1. Conceito jurídico	584
2.2. O interesse garantido	586
2.3. Seguro a favor de outrem	587
2.4. O interesse como elemento definidor da pessoa segurada	591
3. Despesas de salvamento x garantia no seguro de dano	594
3.1. Considerações preliminares	595
3.2. Do artigo 771 e seu parágrafo	597
3.2.1. A limitação das despesas	600
3.2.2. As despesas de salvamento segundo a visão da superintendência de seguros privados – SUSEP	601
3.3. Do artigo 779	605
3.4. Contenção	606
3.4.1. Prejuízos causados a terceiros – a cláusula de exclusão de risco nos seguros de <i>property</i>	607
4. Considerações finais	608
Referências	609

II. Contrato de Contragarantia: Aspecto Formal, Material e Processual, 611

Agatha Lopes Mateus e Luiz Otávio de Camargo Penteado Mascolo

1. Dos aspectos materiais do Contrato de Contragarantia.....	611
1.1. Da Cláusula de Reforço de Garantia	616
2. Do contrato de contragarantia em operações de garantia para Financiadora de Estudos e Projetos e Seguro Garantia Arbitral.....	617
3. Impactos da Nova Lei de Licitações no CCG	619
4. Aspectos formais do Contrato de Contragarantia	620
5. A obrigatoriedade de formalização do contrato de contragarantia.....	621
6. Execução do contrato de contragarantia	622
7. Da extinção.....	623
8. Considerações finais.....	624
9. Bibliografia	624

III. A Regulação da Avaria Grossa no Código de Processo Civil, 625

Antonio Carlos Marcato e Luís Antônio Giampaulo Sarro

I. Introdução.....	625
II. O instituto da regulação da avaria grossa durante o processo legislativo do projeto de lei de novo CPC.....	626
III. A regulação de avaria grossa do CPC/2015	630
1. Conceito de avaria grossa.....	630
2. Regulador de avarias e suas funções	631
3. Competência para o procedimento judicial de regulação de avaria grossa.....	631
4. Procedimento de regulação judicial de avaria grossa	632
5. Fases da regulação judicial de avaria grossa	632
5.1. Fase preparatória.....	632
a) Citação dos interessados e nomeação do regulador de avarias	633
b) A impugnação à declaração de abertura da avaria grossa.....	633
5.2. Instauração da fase de regulação	635
5.2.1. Regulação judicial	635
5.3. Fase de liquidação	636
6. Remuneração do regulador judicial	636
IV. Possibilidade de contratação de seguro para cobertura de avarias grossas	636
V. Considerações finais	637
Referências bibliográficas	639

IV. Tributação e Seguro: Planos de Previdência Privada (VGBL e PGBL) Equiparados ao Seguro de Vida sob a Controvérsia Jurídica da não Incidência do Imposto de Transmissão Causa Mortis (ITCM), 641

Cristina Caroline da Silva Pires

1. Introdução	641
2. Tributação do ITCM sobre os planos de previdência no evento morte do segurado	642
2.1. VGBL e PGBL e a equiparação ao seguro de vida	642
2.2. Controvérsia estadual: cobrança e isenção expressa do ITCM nas leis locais sobre a previdência privada.....	644
2.3. Jurisprudência: entendimento do Superior Tribunal de Justiça	648
2.4. Jurisprudência: entendimento do Supremo Tribunal Federal.....	651
3. Considerações finais.....	653

V. A Proteção Patrimonial Oferecida por Associações e Cooperativas de Ajuda Mútua: Análise a Partir do Estudo das Decisões Judiciais sobre o Tema, 655

Frederico Augusto Leopoldino Koehler e Vivian Cintra Athanazio Leal

1. Introdução e síntese da controvérsia jurídica: assistência mútua versus contratos de seguro	655
2. Panorama dos principais julgamentos sobre a matéria	661
2.1. Quais órgãos do STJ devem julgar recursos formalizados em ações civis públicas que questionam a atuação de entidades associativas?.....	661
2.2. O julgamento do Recurso Especial 1.616.359/RJ pelo Superior Tribunal de Justiça	663
2.3. As ações diretas de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal e a necessária definição da competência para legislar sobre a questão	669
3. Considerações finais.....	672
Referências	672

VI. O Crédito da Seguradora na Recuperação Judicial, 673

Ivo Waisberg e Luiza Serodio Giannotti

I. Introdução	673
II. Regra geral de sujeição dos créditos	673
III. Seguro garantia.....	675
IV. Parcelas vincendas ou em atraso do prêmio.....	680
V. Conclusão.....	682
Bibliografia	683

VII. Cooperação Judiciária em Demandas Securitárias: A Experiência nas Ações Envolvendo Seguro Habitacional junto ao Sistema Financeiro de Habitação (SFH), 685

José Américo Zampar Júnior e Juliana Carolina Frutuoso Bizarria

Introdução	685
1. Da cooperação judiciária nacional.....	685
2. Instrumentalização da cooperação judiciária	687
2.1. Auxílio direto e prestação de informações.....	687
2.2. Reunião ou apensamento de processos.....	688
2.3. Atos concertados e atos conjuntos	689
3. As demandas securitárias e a cooperação judiciária: a experiência de cooperação entre o TJPE, o TRF5 e a Justiça Federal nas ações envolvendo seguro habitacional junto ao SFH.....	690
Considerações finais	697
Referências	697

VIII. Notas sobre a Executividade do Contrato de Seguros, 699

João Luís Macedo dos Santos

1. Introdução	699
2. Casuística.....	703
3. Conclusões.....	708
Referências	709

IX. A Responsabilidade Processual do Advogado e a Importância do Seguro Profissional, 711

Júlio César Guzzi dos Santos

Introdução	711
1. Da responsabilidade processual do advogado	712
2. Do Seguro de Responsabilidade Civil Profissional	717
3. Considerações Finais	719
Referências	720

X. A Citação na Era Digital, 721

Louise Rainer Pereira Gionédís e Maria Amélia Cassiana Mastrorosa Vianna

1. Comunicação dos atos processuais e meios eletrônicos.....	721
2. A comunicação dos atos processuais da citação.....	722
(a) A citação por meio eletrônico.....	723
(a.1) Da ação direta de inconstitucionalidade.....	724

(a.2) A impertinência temática – Emenda Jabuti	725
(a.3) A alínea b do inciso I do § 1º do artigo 62 da Constituição Federal	727
(a.4) A inconstitucionalidade material do artigo 44 e do artigo 57, inciso XXXII, da Lei 14.195/2021	728
(a.5) Da inconstitucionalidade da Resolução nº 455 do Conselho Nacional de Justiça	731
(b) A citação pelo correio, por oficial de justiça e pelo escrivão ou chefe de secretaria	736
(c) Citação pelo correio	737
(d) Citação por oficial de justiça	738
(e) Citação por hora certa	739
(f) Citação por escrivão ou serventuário de justiça	746
(g) Citação por edital	747
Conclusão	751
Referências	752

XI. Interesse de Agir na Ação para Cobrança do Seguro DPVAT, 755

Leonardo Carneiro da Cunha

1. Introdução	755
2. Sobre a garantia constitucional de inafastabilidade do controle jurisdicional	756
3. A garantia constitucional de inafastabilidade do controle jurisdicional e o interesse de agir	759
4. Uma distinção necessária: direito, pretensão e ação	760
5. A Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974: um dado importante	764
6. O exercício da pretensão ao seguro DPVAT	765
7. A ausência de interesse de agir nos casos de seguro DPVAT	768
8. Conclusão	770
9. Referências	771

XII. Ação de Exigir Contas em Face da Seguradora: Notas sobre o seu Cabimento a Respeito do Valor da Indenização Securitária, 773

Lucio Picanço Facci e Fernando Gama de Miranda Netto

1. Introdução	773
2. O procedimento de exigir contas no vigente Código de Processo Civil	773
3. Seguro como contrato e os seus principais elementos	776
4. Interesse de agir do segurado em ajuizar ação sob o procedimento especial de exigir contas	777

5. Alternativas ao procedimento: convenções processuais	780
6. Considerações finais	785
Referências	786

XIII. A *Querela Nullitatis Insanabilis* e o Vício Citatório à Sociedade Seguradora Integrar o Polo Passivo da Ação, 787

Marcelo Miranda Caetano e Fabrizio Santos Bordallo

I. Introdução	787
II. Desenvolvimento	788
II.1. <i>Querela nullitatis insanabilis</i> é via adequada ao combate de vício citatório	788
II.2. A citação válida e o processo cooperativo	790
II. 3. O entendimento do STF	790
II. 4. O entendimento do STJ	791
II. 5. O entendimento do TST	792
III. Considerações finais	794
Referências	794

XIV. Do Termo Inicial da Prescrição em Contratos de Seguro e o Entendimento Exarado no Julgamento do Recurso Especial nº 1.970.111/MG, 797

Marcelo de O. Belluci, Nathaly G. Gobbi e Larisse S. B. de Vasconcelos

Introdução	797
Pontuais considerações sobre o prazo prescricional da pretensão da indenização securitária	798
Do que era aplicado e restou superado pelo novo entendimento	799
Das importantes questões não enfrentadas pelo julgado – Recurso Especial nº 1.791.111/MG	801
Da indevida criação de condição à exigibilidade do direito indenizatório para justificar a fixação do marco temporal da pretensão e da prescrição ante a negativa da cobertura securitária, e outras críticas	805
Considerações finais	812
Referências	812

XV. Diálogos Entre a Boa-Fé Objetiva no Direito Material e no Processo nas Ações de Seguro, 815

Mauro Fiterman

1. Introdução	815
2. Da boa-fé objetiva como princípio no sistema jurídico brasileiro: um exame de direito material	816

3. Da boa-fé objetiva no Processo Civil e do necessário diálogo entre os planos do Direito Material e Processual atinentes à boa-fé objetiva	821
4. A boa-fé objetiva e as <i>ações de seguro</i> : os reflexos dos deveres de conduta no <i>antes</i> e no <i>depois</i> , a partir de análises exemplificativas jurisprudenciais	824
5. Conclusões.....	833
6. Referências.....	834

XVI. Breves Comentários e Tabela Comparativa das Alterações Introduzidas pela Lei nº 14.599/23, Especificamente em Relação ao Transporte Rodoviário de Carga, os Seguros e seus Aspectos Processuais, 837

Paulo Henrique Cremonese e Luís Antônio Giampaulo Sarro

Apresentação	837
Considerações de Paulo Henrique Cremonese específicas sobre a Lei nº 14.599/23: O transporte rodoviário de carga e os seguros.....	838
I. O tempo rege o ato.....	839
II. A constitucionalidade	840
III. Imputação objetiva de responsabilidade e garantia do exercício do direito de regresso dos seguradores sub-rogados	842
IV. A situação dos prestadores de serviços. Gerenciadores de riscos, comissários de avarias e reguladores de sinistros	842
V. As normas da lei que tratam dos seguros.....	843
VI. Conclusão.....	856
Referência.....	858
Tabela Comparativa Elaborada por Luís Antônio Giampaulo Sarro	858

XVII. Recursos no Processo de Execução e nas Fases de Liquidação e Cumprimento da Sentença, 863

Pedro Miranda de Oliveira

1. Introdução.....	863
2. Espécies de pronunciamentos judiciais	864
3. Princípio da correspondência.....	867
4. A regra geral do parágrafo único do art. 1.015 do CPC/2015	871
5. Recorribilidade das decisões proferidas na liquidação de sentença.....	873
5.1. Decisões interlocutórias na liquidação de sentença	874
5.2. Decisão que julga a liquidação de sentença	876
6. Recorribilidade das decisões proferidas no cumprimento da sentença.....	879
6.1. Decisões interlocutórias no cumprimento da sentença	879

6.2. Decisão que recebe a impugnação ao cumprimento da sentença	882
6.3. Decisão que julga a impugnação ao cumprimento da sentença.....	883
7. Recorribilidade das decisões proferidas na execução de título executivo extrajudicial	885
7.1. Decisões interlocutórias na execução	886
7.2. Decisão que extingue a execução.....	886
8. Recorribilidade das decisões proferidas nos embargos à execução.....	888
8.1. Decisões interlocutórias nos embargos à execução	888
8.2. Decisão que rejeita liminarmente os embargos à execução.....	890
8.3. Decisão que recebe os embargos à execução.....	890
8.4. Decisão que julga os embargos à execução	892
9. Conclusão	893
Bibliografia	893

XVIII. O Dever de Informação em Contratos de Seguros D&O na Jurisprudência dos Tribunais no Brasil e o Exercício do Contraditório por Parte do Segurado, 897

Rodrigo dos Santos Igrejas Filgueiras e Gabriel Oliveira Brito

1. Introdução	897
2. O dever de informação ao contratar seguros	898
3. O seguro D&O e a relevância de os contratantes prestarem informações.....	900
4. A legitimidade para postular em juízo pela indenização em contratos de seguro D&O	901
5. Entendimento dos Tribunais Brasileiros sobre o dever de informação em seguros D&O e as consequências para o exercício do contraditório por parte do segurado.....	902
6. Conclusão	911
7. Bibliografia	912